XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

YSMÊNIA DE AGUIAR PONTES

THIAGO ALLISSON CARDOSO DE JESUS

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Copyright © 2023 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo
Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Fernando Passos – UNIARA - São Paulo
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia
Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal
Comunicação:
Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará
Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina
Eventos:
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo
Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina
Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP – Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Livio Augusto de Carvalho Santos; Thiago Allisson Cardoso de Jesus; Ysmênia de Aguiar Pontes. – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-889-9
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Gênero e sexualidades. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

O XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI (Fortaleza-CE), realizado em parceria com o Centro Universitário Christus - Unichristus, entre os dias 15 e 17 de novembro de 2023, apresentou como temática central "Acesso à Justiça, Solução de Litígios e Desenvolvimento".

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo "GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO". Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento, os trabalhos expostos foram novamente avaliados em dupla rodada, o que atesta a qualidade do conteúdo e promove ricas discussões sobre cada uma das pesquisas. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Importante destacar a qualidade dos trabalhos apresentados pelos pesquisadores que engrandeceram esse encontro e trouxeram diversidade e pesquisas acadêmicas de bastante relevo.

Espera-se, então, que o leitor possa vivenciar parcela destas discussões por meio da leitura dos textos. Agradecemos a todos os pesquisadores, colaboradores e pessoas envolvidas nos debates e organização do evento pela sua inestimável contribuição e desejamos uma proveitosa leitura!

Prof. Dr. Thiago Allisson Cardoso de Jesus (UEMA/UNICEUMA)

Prof. Dra. Ysmênia de Aguiar Pontes (UNINTA)

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos (UNIMAR)

OS TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

José Antonio de Faria Martos[1]
Laura Samira Assis Jorge Martos

Resumo

INTRODUÇÃO: Objetiva-se com a pesquisa que ora se realiza, uma tentativa de se demonstrar parte das realidades vividas por pessoas transgêneros no âmbito das Forças Armadas do país, que como se sabe são rigorosas, mormente com relação ao padrão de comportamento por elas ditadas aos seus integrantes, que se sujeitam a disciplina e hierarquia exercida pelos superiores com muito rigor.

PROBLEMA DA PESQUISA: As forças armadas brasileiras passaram a admitir o alistamento militar obrigatório para pessoas transgêneros masculinos, desde que realizadas as respectivas alterações nos registros civis. O problema é saber se, de fato é na verdade, as forças armadas não estão apenas e tão somente procedendo e concedendo ao alistamento e consequente dispensa desses homens transgêneros.

OBJETIVO: Com a presente investigação científica pretende-se buscar respostas para saber se essa medida, criada para as pessoas trans, realmente atingiu seu objetivo e propósito como uma ação afirmativa de integração de referidas pessoas. Se essas pessoas não estão sendo convocadas para incorporação ao serviço militar apenas para fins de alistamento, e posterior dispensa de homens transgêneros, agindo assim o Estado brasileiro como uma disfarçada ação afirmativa de inclusão, eis que não tem números de alistados que foram efetivamente convocados para a serem incorporados como militares.

MÉTODO: Empregar-se-á o método analítico para uma investigação qualitativa, baseada no estudo da legislação que rege a matéria, além de pesquisa bibliográfica e de antecedentes judiciais relacionados ao tema.

RESULTADOS ALCANÇADOS: A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, na busca de dados e elementos para melhor estruturar o resultado e eventual proposta. Espera-se demonstrar que apesar da tentativa de se dar ares ou sinais de legalidade, no universo fático dessas pessoas nada mudou. É importante que as forças armadas divulguem para a sociedade brasileira quantos e quais casos de pessoas em tal condição foram incorporadas às Forças Armadas do Brasil.

Palavras-chave: homens transgêneros, alistamento, serviço militar, ações afirmativas, adversidades

Referências

---

[1] Orientador(a) do trabalho/resumo científico

ABGLT. Manual de comunicação LGBT. 2015. Disponível em : https://unaids.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/Manual-deComunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf. Acesso em: 24/04/2023.

ARÁN, Márcia. Transexualidade e políticas de saúde pública no Brasil. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis, Brasil, de 25 a 28 de agosto, UERJ. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Marcia_Aran_40.pdf. Acesso em: 24/04/2023.

GOVERNO DO BRASIL. Homens transgêneros também devem fazer alistamento militar. 2018. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2018/02/homenstransgeneros-tambemdevem-fazer-alistamento-militar. Acesso em: 24/04/2023.

VERBICARO SOARES, Douglas. Homossexualidade e Forças Armadas. A busca pela efetividade dos Direitos Humanos no Brasil. Salamanca, Espanha. Tesina – Grado da USAL. Universidade de Salamanca – USAL, 2011, 233 p.